

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RENATA DE PAIVA TAVARES

**“- AÍ VEM ESTES VERDINHOS INCOMODAR!”: A CENSURA NO JORNAL A
FÔLHA DE JAGUARÃO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA**

Jaguarão

2016

RENATA DE PAIVA TAVARES

**“- AÍ VEM ESTES VERDINHOS INCOMODAR!”: A CENSURA NO JORNAL A
FÔLHA DE JAGUARÃO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção de
diploma de licenciada em História.

Orientador: Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira

Jaguarão

2016

RENATA DE PAIVA TAVARES

**“- AÍ VEM ESTES VERDINHOS INCOMODAR!”: A CENSURA NO JORNAL A
FÔLHA DE JAGUARÃO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção de diploma de licenciada
em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira
Orientador
História – Unipampa (Campus Jaguarão)

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz
História – Unipampa (Campus Jaguarão)

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto
História – Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho aos meus pais Silvio e Dulce, e minha irmã Amanda. E a todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, que nunca mediram esforços para me ajudar e me apoiar durante toda minha trajetória acadêmica. Foram vários momentos de desânimo até aqui, e nunca me deixaram dar por vencida.

Também agradeço a minha irmã, Amanda, por nossas longas conversas. Sempre me ouviu e acreditou nos meus sonhos. És a mais companheira, dedicada, compreensiva e amorosa que alguém poderia desejar.

Aos meus colegas Rosana e Bruno, por todo o apoio, parceria nos trabalhos acadêmicos e viagens. Ninguém, mais que vocês, entendiam meus momentos de aflição, estiveram comigo nas horas boas e ruins, Foram cúmplices e amigos. Os carregarei para sempre em um lugar muito especial.

Ao meu amigo e namorado Alisson, por toda sua paciência e carinho comigo. Por perceber os momentos em que eu precisava de atenção, e os momentos que precisava me distrair.

Aos meus amigos, e principalmente minhas afilhadas Luiza e Camilly, por entenderem minha ausência, por fazerem silêncio enquanto eu leio e por me distraírem em momentos de agonia. Vocês alegram minha vida.

Aos professores que encontrei durante o curso, pelo conhecimento compartilhado e pela compreensão durante os momentos difíceis. Jamais esquecerei as palavras de apoio, incentivo e conforto que tiveram comigo.

Em especial, gostaria de agradecer a professora Cássia, minha orientadora, por acreditar e incentivar meu trabalho. Obrigada pela confiança, dedicação, amizade, disponibilidade, e por aguentar meus momentos de insegurança e não me deixar desistir.

Muito obrigada!

RESUMO

Neste trabalho iremos examinar as edições do jornal *A Fôlha* do período de 1970 a 1974, identificando de que maneira este contribuiu para difundir o imaginário de que não houve ditadura militar em Jaguarão, ou de que ocorreu de forma branda. O jornal em questão tinha como proprietário neste período o Anysio Resem, dono de terras e pertencente à maçonaria, compondo parte da elite jaguarense. A análise das matérias publicadas no periódico nos mostrará quais ideias estavam sendo lançadas, no que se refere ao governo em vigor, e os mecanismos de censura em Jaguarão.

Palavras – chave: Ditadura Militar, Imprensa, Censura.

RESUMEN

En este trabajo examinamos las ediciones del artículo diario del período de 1970 a 1974, identificando cómo ello contribuyó a difundir la imaginación que no había ningún militar dictadura en Jaguarão, o que se produjo en forma suave. El periódico en cuestión tuvo como propietario en este período la Anysio Resem, terrateniente y pertenecer a la Francmasonería, componiendo parte de la elite jaguareense. El análisis del material publicado en el diario nos mostrará qué ideas fueron lanzándose, en relación con el gobierno, y los mecanismos de la censura en Jaguarão.

Palabras – llave: Dictadura militar, prensa, censura.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1. As notícias no jornal <i>A Folha</i>	15
2. Artigos que orientam.....	26
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

A maior central hidrelétrica do Rio Grande do Sul, Itaúba, em cuja construção a administração do governador Euclides Triches está empenhada empregando vultosos recursos, irá gerar 500 mil quilovates.

[...] o governador Triches enquanto inspecionava o local onde surgirá a Central de Itaúba, que juntamente com o futuro Polo Petroquímico de Rio Grande, representa uma das iniciativas de maior significação de sua administração.¹

Os militares assumem o governo brasileiro por meio de um golpe, em 1964, em um momento de baixo crescimento econômico e um aumento significativo, de 82%, na inflação. O novo governo precisava de crescimento econômico para legitimar um regime autoritário. Assim, com um novo sistema bancário e de mercados de capitais, instituído pelo então presidente, General Castelo Branco, e prática de uma política econômica expansionista, com um sistema de subsídios em várias áreas da economia advinda no governo de Costa e Silva (LUNA; KLEIN, 2014, p. 95), a economia cresceu e se modernizou, permitindo ao governo de Garrastazu Médici colher os frutos dos novos mercados de trabalho regulares e da consolidação de novos consumidores.

A abertura dos mercados criou uma nova ordem econômica, baseada nas novas formas de preparo de produção, com destaque na concorrência e na inovação tecnológica. Houve uma onda de crescimento e inovação, e o governo de Euclides Triches projetava elevar o setor industrial gaúcho à condição de segundo polo industrial do país (MORAES, 2012). Jaguarão também tinha a pretensão de fazer parte deste polo industrial através da indústria de couro.

Região de campanha, o maior setor econômico da cidade de Jaguarão estava na produção rural, tais como agrícola e pecuária. Grande parte da elite vivia de sua produção rural ou tinham terras no Rio Grande do Sul. Nesta lista estão inclusos deputados e o dono do jornal *A Fôlha*, entre outros.

Cidade da fronteira com o Uruguai, esta fazia parte da Área de Segurança Nacional. Nela, havia uma grande circulação de militares pelas ruas, procurando evitar desordem e mantendo a segurança do país quanto a possíveis atos terroristas.

Hoje em dia tem sido comum a liberação de documentos inéditos sobre a Ditadura Militar, acarretando novas descobertas e revisões sobre o período. Porém, por muito tempo a

¹A *Fôlha* nº 1206, de 08 de setembro de 1973. Biblioteca Pública de Jaguarão.

imprensa, e relatos de pessoas que viveram a Ditadura mais diretamente, eram as principais fontes para se trabalhar com o período. Outra característica do estudo destas fontes é que por muito tempo a historiografia esteve voltada ao meios pelo qual a imprensa burlava a censura, ou dá uma atenção maior aos periódicos que faziam oposição ao governo ditatorial.

Trabalhando com periódicos, Rodrigo Patto Sá Motta (2013) analisa os discursos emitidos por seis jornais investigados na pesquisa, priorizando textos dos editoriais e as caricaturas políticas. Seu objetivo é perceber melhor as ambiguidades da imprensa que adotou atitudes tanto de apoio quanto de crítica ao estado autoritário. Trata-se de compreender sua atitude diante do regime militar, levando em conta o papel da imprensa na divulgação de informações, ideias e valores, com potencial para construir consensos, mas também, para mobilizar.

Maria Aparecida de Aquino (1999) fez um estudo voltado à censura. Ao pesquisar dois jornais, *O Estado de São Paulo* e *O Movimento*, ela acaba pesquisando tanto na grande imprensa quanto na pequena, e aborda também períodos diferentes. A autora argumenta que a censura prévia só se dava quando os jornais não respeitavam a censura que era feita por telefonemas ou por bilhetes. Ela enfatiza, ainda, que os momentos de maior repressão à imprensa dependem do período estudado, do jornal, e do censor. Ao tratar do censor, Aquino mostra que em um primeiro momento a censura era feita por civis (em um caso ela fala até mesmo de um ex-jogador de futebol que acaba sendo chefe de censura), e também pelo Exército e depois pela Polícia Federal.

Como podemos perceber, a censura foi uma forma de repressão muito presente nos jornais, tornando impossível trabalhar com imprensa sem abordar a questão da censura. Através de Carlos Fico (2003) podemos entender que a comunidade policial amparava-se nos pilares básico de qualquer ditadura: espionagem, polícia política, censura e propaganda política. Através do ensaio de Fico, podemos entender as complexidades desses sistemas, uma vez que cada aparato (espionagem, polícia política, censura e propaganda) tinham suas especificidades e eram compostas por agentes especializados. Cada um desses sistemas tinham seus próprios parâmetros e suas esferas de ação em particular. No que tange à censura, Fico trata o tema não como uma criação da ditadura, mas como uma adaptação. Alerta que muitos estudos chamam a atenção para os trabalhos de órgãos e de jornalistas que combateram a ditadura, porém milhares de veículos assumiram posturas pragmáticas ou de apoio ao regime, o que tem sido chamado de “autocensura”. Afinal, a autocensura denota comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens de censura por receios diversos.

Através do trabalho de Beatriz Kushnir é possível entender o decreto AI-5 e o código de censura. Em “Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”, a autora argumenta que a censura prévia só era prevista em caso de sítio, mesmo sendo utilizado constantemente, principalmente a partir do governo Médici. Entre as proibições, a autora cita casos de assaltos a estabelecimentos de créditos, estabelecer desarmonia entre as Forças Armadas e entre os poderes da República, é proibida também notícias que comecem com “dizem por aí”, “tivemos a informação”, sem citar o nome das fontes ou autores. Parece-nos óbvio que noticiar casos de tortura também estavam proibidos.

As ideias e valores do Regime Militar também eram divulgados na televisão. Conforme o trabalho de Carlos Fico (1997), “Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”, aproveitando-se dos avanços dos meios de comunicação em massa, a Aerp/ARP (Assessoria Especial de Relações Públicas/Assessoria de Relações Públicas) utiliza da manipulação de bens simbólicos para divulgar seus discursos ideológicos.

Também deve ser considerada a censura executada pela própria sociedade. Em seu trabalho, Carlos Fico (2002) utiliza as cartas enviadas para o DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas) como sua fonte. Explicando a diferença entre censura moral e censura política, argumenta que a primeira era função do DCDP para manter “a moral e os bons costumes no país”, e acrescenta que a censura do DCDP era legalizada e a censura política era “revolucionária”. O autor ainda alerta para o cuidado que se deve ter ao trabalhar com a censura, uma vez que acatar a censura nem sempre é ato colaboracionista ou de apoio à ditadura.

Denise Rollemberg (2010), em “As Trincheiras da Memória; A Associação Brasileira da Imprensa e a ditadura (1964-1974)”, parte do princípio de que a ideia de resistência, durante a ditadura militar, é uma construção *a posteriori*. A autora acredita em uma ambivalência de opiniões, em que não predominava o apoio ou a resistência, mas ambos. Como fonte, a autora utiliza as atas da reunião do Conselho Administrativo da ABI para análise, nas quais constata que ao mesmo tempo em que pediam liberdade de imprensa e liberdade de jornalistas, faziam homenagens ou admiravam líderes militares e seus discursos.

O jornal *A Fôlha* foi fundado em Jaguarão no ano de 1938 pelo capitão Cantalício Resem. Esse foi Juiz Distrital da cidade de Jaguarão e dirigiu o jornal “A situação”, órgão oficial do Partido Republicano de Jaguarão. No período estudado estava sob direção e propriedade de seu filho, Anysio Resem. A sede do jornal situava-se junto com a principal livraria da cidade, A Miscêlania, e além destes dois negócios, Anysio Resem também possuía

propriedades rurais, fazia parte da maçonaria e também foi responsável pelo único hospital da cidade, a Santa Casa de Caridade.

O personagem em questão não era qualquer membro da sociedade. Podemos perceber que ele constitui parte da elite jaguareense e, como tal, tem o intuito de defender seus interesses. A análise das matérias publicadas no periódico nos mostrará quais ideias estavam sendo lançadas, no que se refere ao governo em vigor, na cidade de Jaguarão.

Para compreender o periódico, examinaremos as edições do jornal *A Fôlha* averiguando os posicionamentos que o jornal teve referentes às atuações do governo entre os anos de 1970 e 1974. Também analisaremos como as reportagens sobre o desenvolvimento do país se comunicam com as reportagens sobre o desenvolvimento da cidade.

Robert Darnton (2010), ao relatar o cotidiano da redação do jornal, mostra a relação do que é publicado com o espaço que ocupa. São os casos de matérias nas quais detalhes enriquecem o artigo do jornalista, por exemplo, o caso da inauguração de uma placa honrosa, em que o jornal cita as pessoas de prestígio que estavam presentes, descreve a emoção do público e ainda traz trechos de discursos; contrapondo com casos em que as notícias recebem menos destaque por que não se tornariam tão populares quanto deveriam, como é o caso das críticas à falta de atenção do governo ao não fazer a manutenção da iluminação da cidade. A lógica da empresa jornalística, assim, é vender jornal. Neste sentido, podemos perceber que a posição e o tamanho da notícia que é publicada no jornal revelam o grau de importância que esta tem para o diretor.

A partir da leitura de Darnton, o critério de escolha das reportagens a serem analisadas se fez através das manchetes que abordavam “crescimento” ou “progresso”, ou seja, manchetes que anunciam uma inauguração (de uma escola, por exemplo) ou uma construção (por exemplo, estradas e hidrelétricas). Também foram consideradas as manchetes que “negativam” o Regime Militar, tais como a crise da lã, casos de abigeatos e assaltos, e os descasos do governo com a cidade de Jaguarão.

Foram selecionadas 29 notícias de instância nacional. O presidente Emílio Garrastazu Médici aparece poucas vezes como protagonista. As notícias ou reportagens geralmente trazem como manchete o andamento das obras das hidrelétricas e da transamazônica, suas vantagens e a contribuição para o desenvolvimento nacional. Através dessas reportagens e acompanhamento das obras é que se faz uma propaganda do governo brasileiro almejando o progresso do país.

As notícias em instância estadual aparecem de forma mais acentuada nos anos de 1972 e 1973. O governador Euclides Triches concede entrevistas referentes a obras públicas,

investimentos no município ou estado, em inauguração de ginásios, ou discursando sobre problemas de estado, tais quais, contenção da inflação, implementação de serviços de saneamento, entre outros.

Neste período (1972-73) o jornal e o governador trocam mensagens de agradecimento ou parabenizando um ao outro, fato que não acontece com outros representantes da república. É interessante perceber que as notícias positivas aparecem como sendo resultado de medidas da pessoa do governador Triches, enquanto as notícias de repercussão negativa, aparecem como decisões do Governo do Estado.

O teor das notícias é diferente do início do período estudado para o final. No ano de 70 e 71 há uma preocupação com os rumos do país e a inflação. Nos anos seguintes aparecem notícias atualizando o leitor sobre o andamento da transamazônica ou sua importância e contribuição para o país/estado.

As de instância estadual aparecem mais nos anos de 72 e 73. O assunto forte desses anos são os impostos sobre a exportação da pecuária. Elas trocam de posição (em relação ao tamanho da reportagem e página em que aparece) com a questão da usina de Itaúba. Todas as aparições do governador do estado são noticiadas, e há uma troca de homenagens entre os dois (governador e jornal).

Em âmbito municipal, o foco se dá no abigeato, exportação de carne, urbanização e industrialização da cidade. Há uma preocupação com os subsídios e os impostos em cima do produtor rural e pecuarista.

Consigo perceber que em certos momentos o jornal preenche suas páginas com poesias e propagandas, evitando discussões mais profundas. Caracterizo essas práticas como presença de censura, uma vez que elas abruptamente silenciam uma discussão que preenchia as páginas e está longe de ser resolvida.

Em outros momentos a crítica se dá nas primeiras páginas, ou nas colunas. O jornal passa a pressionar os governantes pedindo soluções, enviando cartas ao governador ou ao presidente.

As notícias de roubos, acidentes e assassinatos aparecem mais vezes nos jornais de 1970-71, e depois em 74 aparecem alguns roubos. Elas tendem a sumir no mesmo período em que as críticas somem. De qualquer maneira, eles noticiam principalmente casos passionais e com uma rápida solução. Os casos de roubos às lojas aparecem mais no final do período estudado. Já os abigeatos aparecem frequentemente, com períodos em que ocupam a primeira página inteira, e outros que são pequenas manchetes anunciando a falta de solução do

problema. Com o passar do tempo, o jornal trata do abigeato como um caso além do municipal, sendo recorrente em todo o estado.

1. AS NOTÍCIAS NO JORNAL *A FOLHA*

Nesta pesquisa foram selecionadas notícias que chamam a atenção do leitor pela manchete ou pela sua localização. Podemos perceber pelas capas dos exemplares que o jornal tem como público principal os produtores rurais, tais como produtores agrícolas e pecuaristas, contudo, outros setores populares também eram alcançados. As reportagens voltadas aos produtores rurais ou ao investimento industrial para Jaguarão aparecem nas capas. Em uma das capas do primeiro mês do ano de 1970, por exemplo, temos a primeira etapa da construção do Ginásio Estadual concluída.²

As obras do Ginásio Estadual Espírito Santo foram iniciativas do município, representado pelo então prefeito Dr. Rubens Marques, ainda em 1966. A prefeitura de Jaguarão cedeu o terreno para a obra e arcou com os custos dos seus primeiros passos, que contou também com contribuições do governo Federal e Estadual. Na solenidade de entrega do prédio para o Governador Perachi (ocorrido em 1970), o prefeito Darnô Fonseca proferiu um discurso em que afirmava que a cidade concentrava no governo do estado e no governo federal a crença e o convencimento de que os “princípios revolucionários” seriam o caminho para que o Brasil alcançasse uma boa posição junto às nações desenvolvidas.³ Podemos, assim, perceber o otimismo e as expectativas que os dirigentes da cidade colocavam neste governo. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 67), só o fato de esses discursos usarem o termo “revolução” para tratar do novo regime já revela o modo positivo como enxergavam essas mudanças. Neste mesmo ato solene foram entregues as casas populares da Vila Kennedy, bairro periférico do município, notícia esta que não teve o mesmo destaque, fazendo apenas parte do roteiro de visita do governador.

No ano de 1970, as edições do jornal em questão estão repletas de promessas e aspirações para a cidade de Jaguarão. Temos, nesse sentido, um investimento financeiro de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos para a construção do trecho da rodovia Pelotas-Jaguarão, construção da barragem sobre o rio Jaguarão, nova dimensão à agricultura, investimento nas Cooperativas de carne e andamento das obras do parque industrial de Giruá. Tudo isso passa a ideia de que o “ato revolucionário” de 64 vai realmente lançar o Brasil para o rol dos grandes países. E Jaguarão participa ativamente deste “progresso”.

² *A Folha*, nº 1073, de 24 de janeiro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

³ *A Folha*, nº 1074, de 31 de janeiro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Outro acontecimento que torna mais evidente o otimismo da cidade em relação à “revolução” é a homenagem póstuma prestada ao irmão do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. O jornal tem o costume de trazer em seus exemplares homenagens aos cidadãos jaguarenses, ou que pela cidade passaram, e que ganharam destaque político ou profissional pelo país afora. Essas homenagens, geralmente póstumas, são apresentadas nas páginas internas do jornal, recebendo menos destaque por serem pequenas reportagens. No caso de Mário Garrastazú Médici a reportagem é apresentada na capa do jornal, provavelmente pela homenagem ter sido oferecida pelos principais setores da cidade, tais como os Poderes Executivo e Legislativo, o Centro de Saúde, o Rotary Clube, a Câmara Júnior, Loja maçônica, o Sindicato Rural, as Cooperativas de Lãs, de Carnes e de Arroz, as associações de Médicos e Odontólogos, a de Agrônomos e Veterinários, a de Farmácias, a Comercial, a de Transportes de Cargas e o Sindicato dos Empregados no Comércio.⁴

Mário Médici era natural de Bagé, assim como seu irmão, e residiu em Jaguarão logo após formado em otorrinolaringologia e oftalmologia e fazer estágio no Rio de Janeiro. Além disso, casou-se em Bagé, mas teve seus dois filhos em Jaguarão. Ou seja, trata-se de um indivíduo com fortes laços com o município de Jaguarão e também com o governo da República. Representando a família do falecido, compareceu à cerimônia de homenagem seu filho Gilberto P. Médici.⁵ No discurso proferido pelo prefeito, Darnô Fonseca, Mário Médici é apresentado como uma pessoa popular em todas as camadas sociais, encontrava-se em seu gabinete ou andando pelas ruas “ou conversando com um humilde operário, com um cidadão da nossa sociedade, uma senhora ou uma moça ou um grupo de jovens estudantes”.⁶

Podemos interpretar essa homenagem como uma maneira que as elites jaguarenses encontraram para ganhar visibilidade e alcançar um prestígio maior em relação à centralização do poder. Dessa maneira, parece que Jaguarão pretende avançar da posição política de região de fronteira que necessita de uma “proteção militar” maior para uma cidade “simpática” ao olhar do Presidente, além de ser simpatizante com a causa “revolucionária”.

Geralmente as reportagens que trazem uma visão negativa das administrações se posicionam nas páginas de menor visibilidade, porém não quer dizer que tenham menos importância. É o caso da notícia de 17 de janeiro de 1970, que retrata as dificuldades financeiras enfrentadas pela Santa Casa de Jaguarão, apresentada na página 3. A reportagem

⁴ A *Fôlha* nº 1106, de 26 de setembro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

⁵ Segundo a fonte, Gilberto Médici era economista, funcionário do Banco do Brasil e residente, neste período, em Bagé.

⁶ Idem ao 3.

ocupa meia página e descreve a situação da Santa Casa, onde o corte de verbas no ano de 1969 e o atendimento gratuito aos indigentes seriam, para o redator, a causa principal das dificuldades financeiras⁷. Sete meses após essa reportagem, o problema da Santa Casa ganha destaque em primeira página quando a situação é levada pelo Deputado Alexandre Machado⁸ à Câmara dos Deputados.⁹ Vale acrescentar que à frente da administração da Santa Casa estava o Sr. Anysio S. Resem, proprietário e diretor do jornal *A Fôlha*.

Ainda referente à Santa Casa de Jaguarão, podemos perceber que há um conjunto negativo de causas para a sua má situação. Não se trata apenas do corte de verbas, mas se trata do auto custo que os indigentes têm para o governo e também para esses setores mais abastados da sociedade. Nesse sentido, a administração do hospital isenta-se da responsabilidade com a grave crise pela qual o hospital estava passando.

Também podemos observar que a maioria das reportagens de capa tem como referência o produtor rural. Em março de 1970 uma reportagem traz nas palavras do Ministro Cirne Lima¹⁰, a confiança deste no governo de Emílio Garrastazú Médici, que pretende investir no setor agropecuário, até então esquecido, estimulando as atividades agropecuárias. Destes estímulos o Ministro cita:

[...] a isenção de ICM para os insumos agrícolas e do IPI sobre tratores agrícolas, a regulamentação do imposto de renda para produtores rurais, a aprovação do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e, mais recentemente das diretrizes setoriais para a agricultura e o abastecimento, que abrangem dezesseis projetos de impacto e cuja execução exige a aplicação de Ncr\$ 884 82 milhões em 1970 Ncr\$ 4,4 bilhões até dezembro de 1975¹¹.

Segundo Maria Cristina Passos e Rubens Soares de Lima (1992, p. 496), as modificações que ocorreram duas décadas antes proporcionaram ao governo de Médici adentrar na década de 1970 com uma estrutura econômica mais consolidada. A fabricação de

⁷ *A Fôlha*, nº 107 2, de 17 de Janeiro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

⁸ Alexandre Machado da Silva era natural de Arroio Grande. Professor e pecuarista iniciou sua atividade política como presidente do diretório municipal do Partido Social Democrático (PSD) em São Leopoldo (RS). Filiado à ARENA, presidiu, entre tantos outros cargos, a comissão especial que examinou a crise da pecuária rio-grandense e a comissão especial da Lagoa-Mirim. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alexandre-machado-da-silva>. Acessado em: 19/12/2016.

⁹ *A Fôlha*, nº 1107, de 1º de agosto de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹⁰ Luís Fernando Cirne Lima nasceu em Porto Alegre e formou-se engenheiro agrônomo em 1954. Enquanto Secretário da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul fez-se sócio-proprietário de várias fazendas e assessor de grandes fazendeiros gaúchos. Em 1968 foi eleito presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e com a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República foi nomeado ministro da Agricultura. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-cirne-lima>. Acessado em: 19/12/2016..

¹¹ *A Fôlha*, nº 1080, de 28 de março de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

máquinas e implementos agrícolas e a fabricação de carrocerias para veículos automotores foram os setores que mais se desenvolveram no Rio Grande do Sul.

O investimento que recebe acompanhamento do jornal é a obra da BR-116. Ela é uma obra importante para os setores agropecuários que transportam sua carga até o porto, para de lá ser distribuída. Ansiosos pela conclusão da obra, uma caravana jaguareense entrega um telegrama diretamente para o presidente Médici informando-o da situação, até então atual, da obra, que se encontrava parada.¹² As poucas palavras direcionadas ao presidente não reclamam da situação e tem um caráter de “informar”. Dentro do contexto de repressão em que o país se encontra, informar a situação era a maneira encontrada de pressionar o governo. Publicar em primeira página fazia com que mais pessoas tomassem conhecimento de que o representante maior do Estado brasileiro tinha pleno conhecimento da situação delatada no telegrama: “Em nome caravaneiros Congresso Eucarístico Brasília, oportunidade em usufruímos a honra de audiência Vossência, comunicamos o não início da BR-116 no mês de Setembro conforme manifestação preclaro Presidente”.¹³

As crises também aparecem no jornal. Depois de superada a crise da lã, a partir de 71 os problemas pecuários ganham as páginas do jornal e passa, a partir de então, a ser o assunto mais discutido. Em um primeiro momento, o problema da carne se encontra no tabelamento desta, que torna o valor de venda inferior ao da compra.¹⁴ Em 1972 a crise da carne é causada pelo fechamento dos matadouros, impossibilitando o abatimento destes animais que acabariam não resistindo ao inverno.¹⁵ O terceiro problema é o do abigeato que se torna recorrente em todo o estado. Essas reportagens ganham a capa do jornal nas palavras do Deputado Alexandre Machado, que também se posiciona quanto às obras da BR-116.

As reportagens que enfatizam o contexto nacional também estão presentes. Apesar dos problemas que começam a surgir na cidade, as reportagens referentes ao progresso do Brasil enchem as páginas. Em 1973 há pequenas reportagens com imagens que mostram o que está sendo feito no Brasil e reportagens sobre o Estado. Como exemplo temos o Estado construindo estradas, Itaúba com previsão de ficar pronta em breve, ampliação dos serviços de saneamento, obra da “diagonal soja-trigo”. Essas notícias muitas vezes dividem espaço com as críticas, como é o caso do exemplar de novembro de 1972.¹⁶

¹² *A Fôlha* nº 1101, de 17 de outubro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹³ *A Fôlha* nº 1101, de 17 de outubro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹⁴ *A Fôlha* nº 1125, de 4 de setembro de 1971. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹⁵ *A Fôlha* nº 1141, de 19 de janeiro de 1972. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹⁶ *A Fôlha* nº 1166, de 18 de novembro de 1972. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Nesta edição, há uma reportagem sobre os três anos de governo Médici, na qual o presidente apresenta o que foi feito e relata o que ainda está em andamento, como a Transamazônica. Dividindo espaço na capa desta edição está uma reportagem com a fala do Deputado Vasco Amaro¹⁷, do partido ARENA, para o congresso sobre a situação do Rio grande do Sul, o qual ele alega ser muito preocupante. Nesse sentido, temos que analisar que o jornal sofre influência tanto do Governo (ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial) quanto dos clientes, ou seja, as pessoas que compraram o produto final. Segundo esta perspectiva trazida por Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 65), não podemos nos ausentar da ideia de que o jornal é uma empresa posta no sistema capitalista.

Também não podemos defender a ideia da neutralidade e imparcialidade do jornal. Ele se propõe neutro ao se dispor a transcrever os discursos tal qual lhes são apresentados. Ao selecionar reportagens que apresentam discursos opostos, o jornal se propõe imparcial. Podemos considerar esse exemplo da edição de novembro de 1972 como uma manobra do editor para manifestar de maneira indireta seus interesses, que não são o contrário dos interesses do governo, uma vez que ambos se preocupam com a “evolução” do país.

As “subversões” de todo gênero, num primeiro momento, não ganham destaque, sendo a primeira notícia apresentada nas páginas internas do jornal. É o caso do roubo da loja Rádio-luz, que mesmo sendo resolvido em seguida, é apresentado na última página do jornal.¹⁸ Ocorrendo novamente um furto na mesma loja, esta notícia ganha espaço na capa do jornal.¹⁹

Em 1974, todo o otimismo que o jornal reportava em 1970 diminui nitidamente. Os “problemas de ordem” vão ganhar fôlego nos jornais, e as propagandas do governo do Estado e da República também. Em um investimento de 400 bilhões para obras na zona sul, a manchete é completada com “Jaguarão esquecido”.²⁰ Nesta mesma reportagem também dividem capa reportagem sobre prisão de quadrilha de abigeatários e os problemas de iluminação da cidade.

O trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2013, 62) mostra como a relação entre imprensa e regime militar pode ser dúbia, caminhando entre o otimismo e as críticas às intervenções autoritárias. Em uma das apreciações mais acaloradas do jornal, ganham

¹⁷ Vasco Amaro era ruralista e agricultor natural de Pelotas. Após a extinção do Partido Libertador filiou-se à ARENA. Após reeleito para deputado federal, em 1970, passou a integrar e, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento da Região Sul. Em 1974 e 1975, atuou como suplente da Comissão de Transportes da Câmara. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vasco-amaro-da-silveira-filho>. Acessado em: 19/12/2016.

¹⁸ *A Fôlha* nº 1211, de 13 de outubro de 1973. Biblioteca Pública de Jaguarão.

¹⁹ *A Fôlha* nº 1213, de 10 de novembro de 1973. Biblioteca Pública de Jaguarão.

²⁰ *A Fôlha* nº 1227, de 26 de Janeiro de 1974. Biblioteca Pública de Jaguarão.

destaque as críticas feitas pelo deputado Alexandre Machado referentes às obras da BR-116. Ele reclama que as obras da referida estrada só existem no papel, e que, por causa do descaso com ela, o governo gastará mais recursos para recuperá-las. As acusações contra o DNER²¹ são tão acirradas, que em um momento de sua fala o deputado acrescenta:

[...] Se a Lei de Segurança tiver de ser aplicada não o será contra os que denunciam fatos deploráveis e evidentes para si mesmo. Se a Lei de Segurança tiver de ser aplicada o será contra aqueles que acobertados e pensando estarem seguros em cargos públicos os usarem para abuso, para pressão, para a injustiça para má fé, subvertendo os mais basilares fundamentos dos nossos Direitos²².

Apesar desta demonstração de respeito pela Lei de Segurança Nacional, o jornal vai cada vez mais noticiar os crimes cometidos na cidade, as críticas à gestão vigente (muitas vezes transcrevendo a fala ou entrevista de deputados), os problemas enfrentados pelos agropecuaristas.

As atitudes do jornal *A Fôlha* devem ser levadas em conta, uma vez que as notícias, princípios e convicções divulgados pela imprensa têm o poder de construir consensos e/ou mobilizar a oposição (MOTTA, 2013, 65). Se nos primeiros anos pesquisados parece haver todo um entendimento de que as políticas do governo eram voltadas para o progresso de Jaguarão, criando uma sensação geral de otimismo, o mesmo não se deu a seguir. Nos últimos anos contemplados pela pesquisa, notícias de crimes, de crise, de negligência com obras importantes, e de declarações de divergência partidária propiciam um clima de estímulo à oposição.

Porém, o jornal que estamos analisando está longe de ser um jornal de oposição. Como observado no início do capítulo, o jornal *A Fôlha* aborda assuntos importantes principalmente para as elites jaguarenses. Não se encontra nas primeiras páginas do jornal notícias que dialoguem diretamente com outros trabalhadores. Nas notícias em que trata do desenvolvimento de algum setor empresarial, não está preocupado com o setor trabalhista desta empresa, e muito menos com as condições de trabalho. Na notícia de inauguração da Escola Espírito Santo, o jornal prestigia principalmente as autoridades presentes no ato solene, enquanto a entrega das casas populares na Vila Kennedy, que é de interesse de outras camadas da sociedade, não tem a mesma ênfase. Em relação às obras, as casas populares não

²¹ Empresa responsável pelas obras da BR-116

²² *A Fôlha* n° 1202, de 11 de agosto de 1973. Biblioteca Pública de Jaguarão.

recebem os mesmos elogios referentes à qualidade da construção desses prédios. Ambas são obras do governo, porém seu grau de importância não parece o mesmo.

As escolhas das reportagens que compõem o jornal fazem parte de um conjunto de opções e decisões tomadas pelo diretor do mesmo. Ao se trabalhar com o período em questão, deve-se considerar as diversas influências que o jornal recebe e, dentre essas, o papel da censura tem sido muito analisado pela historiografia, tratando principalmente dos jornais de grande repercussão midiática e grande alcance popular. Dentro do conjunto de reportagens apresentadas até o momento, podemos analisar como a censura estava presente neste jornal.

Maria Aparecida de Aquino nos esclarece que a censura era feita, num primeiro momento, pelo Exército e pela Polícia Federal. Nesse momento da censura, a repressão dos editoriais era feita através de bilhetes ou telefonemas. Cabia, então, ao diretor do jornal transmitir o que estava proibido de ser publicado. A partir do momento em que as ordens não eram acatadas, o jornal passava a ter uma censura prévia, tendo um censor responsável por receber as edições antes das publicações, ou até mesmo presentes nas repartições (1999, p, 212). Sendo assim, a autocensura seria uma maneira de evitar a presença de um agente externo dentro da repartição.

O caso do jornal *A Fôlha*, como em outros jornais de pequena circulação, pode apresentar peculiaridades quando em comparação aos jornais de grandes tiragens ou pertencentes às cidades maiores. O jornal em questão era, e ainda é, um jornal de pequena circulação. Através de uma conversa informal com a antiga dona do *Jornal Meridional*²³, esta explicou que muitas vezes o proprietário do jornal acabava exercendo todas as funções dentro do jornal, sendo o único responsável pelas edições. As contribuições de crônicas, colunas especiais, e até mesmo reportagens, muitas vezes eram recebidos através de cartas ou entregues diretamente no jornal. Em um trecho de uma publicação em homenagem ao então recém-falecido cidadão Almiro Piúma²⁴ podemos entender um pouco mais sobre como essas contribuições chegavam até a redação: “[Almiro Piúma] Sempre trazia à redação, pessoalmente, todas as semanas, sua colaboração, dizendo nos sempre que todos os artigos que achássemos errados podíamos encaminhar para as cêstas de papeis [...]”²⁵.

²³ Maria Fernanda Passos foi proprietária do jornal até o ano de 2014. O jornal *Meridional* também era de pouca circulação, teve seu formato impresso encerrado, utilizando como mecanismo de comunicação um blog na internet.

²⁴ Jaguareense, exerceu por muitos anos o cargo de diretor-secretário da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda e foi Juiz de Paz na cidade. Foi jornalista e membro do Instituto Histórico de Jaguarão. Informações disponíveis em Biblioteca Pública de Jaguarão, *A Fôlha* nº 1154, de 05 de agosto de 1972

²⁵ *A Fôlha* nº 1154, de 05 de agosto de 1972. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Através dessa fala, podemos perceber também que o cidadão homenageado tinha esclarecimento sobre a censura moral, deixando sob a avaliação do diretor a determinação de certo ou errado em relação aos temas abordados no artigo. O jornal parece não apresentar uma divergência de opiniões sobre o que deve e como devem ser publicadas certas notícias, permanecendo com Anysio Resem o monopólio do jornal.

Mesmo que a decisão de publicar ou não alguma notícia coubesse a Resem, podemos perceber a influência massiva dos setores agrícolas e pecuaristas em todas as edições do *A Fôlha*. Essa forte influência sobre o que pode ser publicado, denominado por Maria Aparecida de Aquino como empresarial (1999, p. 222), advém dos principais setores econômicos da cidade de Jaguarão. Reportagens sobre crise da lã, descaso com obras públicas, aumento de assaltos, abigeatos e roubos às lojas pertenciam a um conjunto de assuntos proibidos pelo Decreto Secreto 165-B/71 de serem publicados. Entre os dez pontos proibidos pelo 165-B/, temos “g) divulgação de notícias tendenciosas a respeito de assaltos a estabelecimentos de crédito, nomeadamente a descrição minuciosa de quaisquer crimes ou atos anti-sociais;”²⁶ Porém esta questão é de interesse das parcelas mais influentes de Jaguarão, e do Estado como um todo. Os deputados que apareceram nas edições estudadas são agricultores e/ou pecuaristas. Nesse sentido, temos o interesse dos representantes do Estado convergindo com seus interesses econômicos em particular.

Em relação ao posicionamento do jornal, o trabalho de Elena Vieira (2014) nos lança luz sobre o que era notícia nesse periódico. Ao analisar o jornal em questão, durante a década de 1960, Vieira encontrou, em um único periódico, “[...] notícias contra o Comunismo, contra a Reforma Agrária, em favor dos ruralistas, perseguindo comunistas, convocações para convenção municipal da União Democrática Nacional, tudo em favor da Democracia que o Golpe traria para o país (VIEIRA, 2003, p.189).”

O próprio diretor do jornal era pertencente às camadas de influência da cidade, uma vez que este era no mesmo período diretor do jornal *A Fôlha* e administrador do único hospital da cidade. Deste modo, a autocensura e a censura empresarial - ou a falta delas - se confundem. O jornal se apresenta a serviço do regime militar ao mesmo tempo em que está a seu próprio serviço e a serviço dos interesses de certos grupos sociais do município, ou seja, as elites da campanha.

É possível perceber a presença de autocensura em diversas edições do jornal. O diretor do jornal *A Fôlha* decide que determinadas matérias devem ganhar menos destaque, e são

²⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. 1999, p.222

geralmente as que tratam da desordem ou subversão. Os crimes apresentados pelo jornal são passionais, não são resultantes de uma “má índole”, mas de uma ação impulsiva. Concluiu que a censura do jornal partia principalmente do redator ao analisar que o destaque para as notícias se dava de forma variada em um mesmo período. Algumas notícias negativas só aparecem nas edições quando há um “descaso” das autoridades competentes. A notícia sobre o fechamento dos matadouros da cidade só é publicada a partir do momento em que passa a afetar diretamente os pecuaristas. Antes disso, somente uma pequena nota anunciava a visita da fiscalização sanitária, mas as consequências desta visita não foram indicadas.

Ainda em relação à censura, Maria Aparecida de Aquino argumenta que, entre 1968 e 1978, muitas vezes ela ocorria de forma aleatória. Havia também uma variedade de censores, e estes também negociavam com os jornalistas (1999, p. 226). Sendo assim, notícias que em determinado momento eram vetadas, em outros circulavam livremente, e vice-versa. O sistema censório não era homogêneo, havendo conflito dentro do próprio sistema.²⁷

Também é importante analisar o que se está criticando nestas reportagens. A crítica não é feita diretamente às ações do governo, mas às decisões que este toma. É possível observar como isso ocorre, novamente, recorrendo à notícia sobre o fechamento dos matadouros:

[...]Realmente a lei está certa, era necessária. Mas infelizmente os seus executores revelaram flagrantes faltas e erros ao funcionamento dos matadouros. Cumpria à fiscalização procurar saná-los, corrigi-os pela permanência e rigorismo da própria fiscalização. Se havia doença nas merchanterias, cumpria tratá-la, curá-la e nunca mata sumariamente o paciente como, parece, preconcebida e maldosamente, fizeram os executores da lei.²⁸

Como se vê, o que está sendo criticado, neste caso particular, não é a ação de fiscalizar, mas a decisão de encerrar os trabalhos sem que se dê a oportunidade de adequação dos matadouros para retomar suas atividades. A solução encontrada pelo governo é a de beneficiar com empréstimos para a construção de um novo matadouro e de um quarentenário. A proposta é de um espaço maior, que abrigue o gado de vários criadores. Nesse, sentido podemos ver que o investimento público está em construir, ao invés de reformar ou adequar, uma vez que construções e obras são parte do *slogan* de progresso.

²⁷ Embora devamos concordar que o sistema não era homogêneo e que era repleto de contradições, a posição de Aquino de um aparato repressivo quase “irresponsável” e “desorganizado” não é consensual na historiografia. Beatriz Kushnir, por exemplo, argumenta que, ao contrário, não havia nada de “caótico” ou “acéfalo” na censura brasileira, cujas bases eram bastante mais antigas do que aquelas estabelecidas com a estrutura repressiva do regime civil-militar (KUSHNIR, 2001 p. 119).

²⁸ A *Fôlha* nº 1148, de 17 de junho de 1972. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Junto aos interesses do município, também estão os interesses do Estado. No caso do jornal *A Fôlha*, o estado do Rio Grande do Sul é um colaborador ao divulgar neste veículo propagandas do governo. Segundo Carlos Fico (1997, p.110), uma das características da propaganda política durante a ditadura militar é que a ARP tinha como foco principal a televisão. O governo federal e estadual buscava oferecer para os jornais, e revistas, material com caráter propagandista com tom oficial. Duas das manchetes do jornal, que dividem a mesma página na edição, são: “A política econômica do governo” e a “a recuperação da rede hidroviária do estado”.²⁹

Nesta publicação está o argumento de que o estado está indo pelo caminho certo, a promessa de que a inflação continuara sob controle, a situação dos transportes e estradas estão sendo solucionados e o custo de vida é uma preocupação constante para o governo. Relacionando a política econômica do governo com a recuperação da rede hidroviária do estado, podemos concluir que estamos diante de uma propaganda do governo. É uma propaganda de caráter oficial, que mostra os feitos de um “regime revolucionário”, isto é, não é mérito de um representante do governo, mas do conjunto de pessoas e ministérios que o compõem.

Outro elemento importante para se pensar a ditadura civil e militar são os festejos oficiais. No décimo aniversário da “Revolução de 64” vários atos marcaram a comemoração, tanto em ambientes militares quanto nas escolas. No ato festivo da Escola Castelo Branco – que também comemorava seus dois anos e contou com a presença da Escola Espírito Santo – o Juiz de Direito (parte da comissão do festejo escolar juntamente com outros docentes) pronunciou palavras que exemplificam a ideia de progresso do governo:

É num rápido retrospecto, vislumbrar algumas das melhores realizações que tem sido feitas em Nossa Pátria, nos últimos 10 anos, abrangendo os mais variados setores de atividades. Reafirmando cada vez mais o lema de Ordem e Progresso que caracteriza o nosso Pavilhão Nacional, símbolo de um país livre, com um passado glorioso, e que através do fugitivo instante marcha para um futuro deveras promissor, cujos horizontes a cada dia se abrem aos nossos olhos.³⁰

Na continuação do discurso, o Juiz ainda acrescenta os grandes feitos do governo, tais como os investimentos para a agropecuária e demais setores rurais, o incentivo às exportações, as melhorias, como usinas hidrelétricas e o carro-chefe do governo, a Transamazônica. No encerramento de seu discurso, o Juiz de Direito fala do amor à pátria, do respeito entre as pessoas, e que espera que seu discurso sobre os melhoramentos

²⁹ *A Fôlha* n^a 1236, de 20 de abril de 1974. Biblioteca Pública de Jaguarão.

³⁰ *A Fôlha* n^a 1234, de 06 de abril de 1974. Biblioteca Pública de Jaguarão.

proporcionados pelo governo revolucionário tenha chegado aos ouvidos do público como palavras de otimismo.

Para a historiadora Janaína Martins Cordeiro (2010), as comemorações são importantes para se ter uma ideia da adesão e consentimento social com relação ao regime.³¹ No trabalho dessa autora, ela se refere à comemoração do Sesquicentenário da Independência, mas o exemplo que aqui ofereço é o da comemoração do próprio ato militar de 1964. Esta reportagem, reportagem publicada no jornal *A Fôlha* em 6 de abril de 1974, não conta com o número de pessoas presentes, mas enfatiza que tanto os ambientes militares como as escolas estão disputando (ou dividindo) um espaço representativo dentro do ato simbólico. Ainda de acordo com Cordeiro, a comemoração é um momento para se observar as formas pelas quais os diversos setores da sociedade reivindicam sua participação no evento, que resulta em observar o nível de legitimação do governo.

Mais do que isso, dentro desta comemoração temos todo um discurso que legitima o governo, relembra suas ações, faz com que os presentes na Escola Castelo Branco se lembrem que ela é resultado deste governo, que a Escola Espírito Santo é fruto da união entre os governos, que o Estado do Rio Grande do Sul, apesar de não ter alcançado ainda o seu melhor em participação industrial, está a caminho.

O que se vê no jornal *A Fôlha* é que, apesar das situações negativas, este jornal colaborou com o golpe de 64. Em todas as notícias positivas ou negativas que o jornal apresenta, a palavra que está por trás é de otimismo. Esses setores, líderes do jornal, estão, por meio das publicações, negociando com o Estado. Através das suas reportagens, o jornal acabava pressionando uma posição do governo, geralmente atendendo ao pedido da elite. O jornal *A Fôlha* tornava-se representação de toda uma categoria econômica, a elite ruralista. Mesmo que o período analisado seja de uma dualidade entre a esperança e a expectativa, o jornal mostrava que o país estava caminhando rumo ao progresso, e cabia ao Estado e ao Município correr atrás do Governo para fazer parte desta caminhada.

³¹ A ideia de consentimento vem sendo discutida cada vez mais pela historiografia que trata do regime militar brasileiro. Como exemplo dessa discussão, podemos citar a obra de Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, *A construção social dos regimes autoritários*. No mesmo volume, Rollemberg publicou um artigo em que, igualmente, enfatizou a imensa “zona cinzenta” existente entre resistência e colaboração. Rollemberg, Denise; Quadrat, Samantha Viz (org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; ROLLEMBERG, Denise. “As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: Rollemberg, Denise; Quadrat, Samantha Viz (org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

2. ARTIGOS QUE ORIENTAM

Já discutimos neste trabalho que as notícias publicadas em um periódico são escolhas do diretor do jornal. Essas escolhas expressam, no caso do jornal *A Fôlha*, os interesses de uma elite agrária e pecuarista. Porém, para entender as discussões que rodeavam a cidade, através desta fonte, é necessário um olhar atento para as colunas do jornal e analisar como elas dialogam com o contexto da década de 1970.

Dentro do tempo e espaço possível de análise, escolhi estudar a coluna “Cadeira do Barbeiro”. Esta coluna é assinada pelo pseudônimo de Fígaro, conhecido personagem da ópera *O Barbeiro de Sevilha*, de Giochino Rossini. Apesar de não conseguir perscrutar a identidade real deste sujeito, através da escolha do nome da coluna e do pseudônimo podemos imaginar que ele possuía um arcabouço cultural maior do que a maioria da sociedade Jaguareense.

A coluna em questão chama a atenção pelo seu conteúdo provocativo. O autor da coluna cita, durante suas publicações, que as informações irônicas que ele transmite são recebidas através de diálogos com clientes. Esse pode ser um dos motivos pelo quais a coluna é bem recebida pelos leitores. Mesmo sendo censurada muitas vezes, durante os anos analisados nesta monografia, a coluna fica um tempo fora de circulação, mas em seguida volta a fazer parte do jornal. Esse é motivo pelo qual a coluna chama a atenção. Através dela podemos perceber melhor as ações de censura ao longo das edições.

O primeiro sinal de censura está presente na edição de 06 de Junho de 1970, que apresenta um contexto imaginário em que as pessoas estão assistindo a uma partida de futebol e de repente começa a haver falhas na recepção do sinal de televisão. As pessoas, então, vão à janela e começam um diálogo tentando entender em que setor ocorre a falha. Uma das falas questionará se o problema é na antena. A fala seguinte acha que os problemas provêm da luz, e a terceira questiona se podem ser problemas no aparelho. O restante do diálogo é censurado, e a palavra censurado aparece em letras maiúsculas. Logo a seguir o autor acrescenta: “Cabe aqui, um parêntese: digo aqui que o passante transita por uma de nossas ruas, mas em dia seco. Em dias de chuva isso se torna impossível, pois as ditas ficam intransitáveis. Por culpa das chuvas naturalmente”.³²

³² *A Fôlha* n° 1089, de 06 de junho de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Tal conteúdo já chama a atenção por estar claramente censurado. A historiadora Beatriz Kushnir, em sua tese de doutorado, traz ao debate sobre censura a existência de um Decreto Secreto advindo do Ministério da Justiça em 1971. Entre os dez pontos do decreto 165-B/71 estão censurados a “divulgação de notícias a respeito da existência de censura, salvo as de diversões públicas, bem como de prisões de natureza política” (2001, p. 121). A partir desse decreto podemos observar que nas edições a partir de 1971 a palavra censura não é mais mencionada. Mais do que isso, o Fígaro passa a usar metáforas para abordar seus assuntos “subversivos”.

Outro autor que nos ajuda a entender essa edição da coluna Cadeira do Barbeiro é Rodrigo Patto Sá Motta. Ao trabalhar com as charges de jornais, o autor vai apontar a presença de algumas das mensagens subliminares, tal como falar da baixa qualidade de programação televisiva para citar a presença de tortura (2013, p. 83). Neste caso, a referida edição da coluna aponta a existência da censura.

A Coluna não era publicada em todas as semanas, havendo em muitos casos uma distância grande entre uma publicação e outra. Na semana seguinte a publicação citada, a Cadeira do Barbeiro, não fez parte da edição.

Em outra edição, Fígaro critica os quesitos utilizados pela censura, dando a entender que seus critérios eram incompreensíveis. Tal crítica é feita contra o Juizado de Menores e a Divisão de Censura e Divisões Públicas do Rio de Janeiro, em relação à apreensão de um livro de Eça de Queiroz na cidade carioca. O volume apreendido, entre outros quatorze, foi “Contos de Alcova”. Com um tom irônico, o autor da coluna comenta:

Mas, e os outros livros do mestre luso?

Bem, temos “O Crime do Padre Amaro” – obra de titulação nitidamente subversiva. Trata do celibato dos padres e é um perigo andar flinando por ai, nessa época de padres revolucionários, ou progressistas. Temos -“O Mandarim” – sem comentários. Mandarim pressupõe, de imediato, um chinês. Implica com o Mao’...logo...Temos “Correspondência de Fradique Mendes” - e é sabido que toda a correspondência, de per si, não é de confiança. Temos “A Ilustre Casa dos Ramirez” – huum!...Que isso esta cheirando a Tupamaros. Temos “A Cidade e as Serras”- e aqui esta um compendio de guerrilhas nas selvas e nas urbs. [...]

Por quê só aprender-se “Contos de Alcova”? Será de preferencia especial de algum censor? Vamos aprender todos os livros do romancista português, senhores censores. E se possível, prender o autor. ³³

³³ A Fôlha nº 1098, de 08 de agosto de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Como podemos ver, e conforme nos indica Carlos Fico (2003, p. 193), a censura também se preocupou com os livros que circulavam ou estavam disponíveis à venda. O autor argumenta que o ministro Armando Falcão criou um grupo de trabalho com o objetivo de censurar os livros, mas a ideia não deu certo. Na maioria dos casos, as censuras literárias acabavam sendo por pornografia e livros de autores mais destacados.

Outra leitura de Carlos Fico nos ajuda a compreender este trecho. Em seu artigo “‘Prezada Censura’: cartas ao regime militar”, ele analisa as cartas de pessoas comuns da sociedade enviadas à DCDP, denunciando obras que iriam contra a “moralidade” do país. O autor argumenta que a maioria das cartas exigia uma posição mais severa do Departamento de Censura das Diversões Públicas, e os temas mais censurados neste setor eram os de natureza comportamental e moral (2002, p. 258). A publicação da notícia da operação feita na livraria carioca não seria necessariamente subversiva. Ela pode muito bem estar noticiando algo pelo que uma parte da população ansiava.

O que chama a atenção no trecho sobre Eça de Queiroz é que o autor “zomba” e critica os critérios de censura ocorridos no Rio de Janeiro. Fígaro denuncia, com essa publicação, os exageros cometidos pelos censores, que enxergam perigos exacerbados em livros que já se tornaram clássicos da literatura.

Beatriz Kushnir (2001, p. 121) faz referência aos dez pontos do Decreto Secreto 165-B/71, do qual um item nos interessa muito nesse caso: “b. manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculo públicos, livros, periódicos, e em exteriorizações pelo rádio e televisão, realizada com base no Decreto-lei nº 1077/70 de 16 de janeiro de 1970”.

Podemos perceber que, de acordo com esse decreto, a publicação da Coluna escrita por Fígaro era considerada subversiva e, por conta disso, o aparato repressivo para esse tipo de conduta entra em ação. A edição do jornal da semana seguinte a esse ocorrido não apresenta a Cadeira do Barbeiro, pois esta foi censurada. A maneira encontrada de informar aos leitores do jornal da presença ativa da censura foi a coluna Badalação.

A coluna em questão é assinada por Dânia Pool, e não temos informação se este era seu nome ou um pseudônimo. Esta coluna não foi escolhida para análise por apresentar apenas os eventos da sociedade informando as suas principais presenças. Porém, ao final da edição da semana posterior ao comentário sobre os livros censurados de “Eça de Queiroz”, a

autora da coluna Badalação assina, ao término de sua publicação, “P.S.: Alert Alert D.P. ataca outra vez (D.P.)”³⁴.

As letras D.P. parecem fazer alusão ao nome da autora da coluna Badalação, mas devido ao contexto, também podem significar Departamento de Polícia. Em outros momentos os autores de Badalação e Cadeira do Barbeiro mencionam um ao outro, mandando abraços ou um “alô” e não podemos descartar a hipótese de que se tratassem da mesma pessoa. Em outra publicação de Cadeira do Barbeiro, Fígaro faz menção à coluna Badalação: “Cá o estabelecimento vai fazer concorrência pro Badalação: a moda prafrentex agora na capital do Estado é o uso de óculos de sombra à noite. E esta quanto mais escura melhor. E se com luz negra, ai sim, é ara babá. Vamos aderir, antes que as corujas tomem conta...”.³⁵

Neste caso, o autor cita Badalação por que tal crônica parece ter sofrido alguma repreensão por algo que publicou anteriormente. “Uso de óculos de sombra a noite” pode nos indicar o uso de violência, como repressão, uma vez que os óculos de sombra são muito utilizados para esconder hematomas. “Vamos aderir” também pode significar acatar as ordens de censura.

Na edição anterior a esta publicação, não houve participação de nenhuma das colunas referenciadas aqui. E nesta mesma edição de Cadeira do Barbeiro podemos perceber o posicionamento de Fígaro em relação à “revolução”:

“No Chile, a PDC de Frei e o socialista-marxista e-sabe-se-lá-o-que mais do recém eleito Aliende acertaram os ponteiros, para que o último seja empossado na Presidência da República. Em política sempre há o famoso “jeitinho”, para o embasbacar geral dos leitores . . . e cataclisma geral da nação”.³⁶

Sendo assim, podemos concluir que Fígaro não referendava uma alternativa socialista para a América Latina, muito embora, como vimos, não tenha aceitado a repressão e a censura. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, os jornais por ele analisados aderiram, igualmente, ao discurso democrático e liberal que o regime de 1964 pregava. Porém, não se empolgaram quando a censura apertou o cerco da sua liberdade de imprensa (2013, p. 85).

Mais uma vez a questão da censura chega a nossas mãos. Algumas perguntas tornam-se recorrentes ao tratar com o jornal de Jaguarão: como se dava a censura em Jaguarão? Ela era prévia? Qual órgão era responsável pela censura na cidade?

³⁴ A *Fôlha* nº 1098, de 15 de agosto de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

³⁵ A *Fôlha* nº 1101, de 17 de outubro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão

³⁶ A *Fôlha* nº 1106, de 26 de setembro de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

A opção para responder essas questões foi a de encontrar um trabalhador do jornal, para que, em uma conversa, pudesse nos ajudar a esclarecer o contexto repressivo em Jaguarão. Através de um diálogo com o cidadão Alzemiro da Rosa podemos entender melhor o funcionamento do jornal e quem eram as pessoas que trabalhavam nele.

Alzemiro da Rosa foi funcionário do jornal entre os anos de 1979 e 1981, primeiro como entregador de jornal e, em seguida, operando a máquina de impressão. Mesmo trabalhando em um tempo posterior ao nosso tempo estudado, ele nos fornece bastantes informações acerca do cotidiano do jornal e da cidade. Segundo Rosa, em Jaguarão os militares circulavam constantemente e em grande número, evitando grandes aglomerados de pessoas e revistando quando achavam necessário. Ainda conforme Rosa, o Sr. Anysio Resen era dono de uma chácara e o local onde funcionava o jornal era uma livraria, a Miscelânea. Este também era um membro da maçonaria. O espaço era muito frequentado por militares, mas como a cidade inteira era frequentada por militares, Alzemiro não via como possível censura na época.

Recordando-se dos tempos em que trabalhou no jornal, Rosa lembra um dia em que o diretor do jornal estava escorado em um balcão da livraria e, ao olhar para fora, exclamou: “- Aí vem estes verdinhos incomodar!”

Segundo Rosa, a livraria era muito movimentada, e os militares entravam mais de uma vez no recinto. Mas era tudo muito discreto. Nos anos em que trabalhou lá, nunca havia pensado que era uma forma de repressão ou de intimidação. Ao pensar agora, com o conhecimento que tem sobre o período, este consegue perceber o quão intimidante aquela situação era.

Em outra de suas memórias, Rosa lembra uma edição que foi censurada previamente e em cima da hora do jornal entrar em circulação. O jornal fazia referência a alguma pessoa com contato importante do Exército, ou a publicação era referente a algum militar. Os militares entraram no jornal/livraria e censuraram a edição. Naquela semana o jornal não foi à circulação.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, houve casos em que a pessoa queria vetar uma publicação que a prejudicaria, mas não tinha poder para isso. Logo, recorria-se a algum conhecido militar ou censor:

“[...] não se afasta a possibilidade de ter havido casos em que, por interferência pessoal, fruto de um favorecimento específico, a censura atuasse aleatoriamente,

impedindo a veiculação de matérias que, em outras circunstâncias, seriam divulgadas livremente [...]” (AQUINO, 1999, p. 232).

Conforme explica Rosa, era muito trabalhoso e demorado compor uma página do jornal. Era necessário colocar cada caracter em uma placa e prensar cada exemplar. Sendo assim, o jornal não pôde entrar em circulação naquela semana por que o Diretor foi informado da censura em um prazo muito apertado para fazer uma nova edição.

A censura, neste caso, foi uma censura prévia, uma vez que os censores tinham conhecimento do que seria publicado antes de acontecer. Este exemplo de acontecimento era muito prejudicial para o jornal, uma vez que muito material já havia sido gasto, e com a impossibilidade de circulação, acabava não tendo retorno financeiro algum.

Porém, o jornal apresenta também a autocensura. Segundo Maria Aparecida de Aquino, os acordos e ordens recebidas pelo jornal tinham o objetivo de decidir o que deve ou não ser publicado. Acatar as ordens recebidas implica automaticamente em autocensura (1999, p. 222). Porém, mesmo colaborando com o sistema repressivo e vetando algum conteúdo de sua edição previamente, como forma de colaboracionismo, o jornal também era sufocado e sofria com o endurecimento da censura.

Para Carlos Fico, essa definição de autocensura não revela todas as possibilidades do problema. Para o autor, este implica um comportamento colaboracionista, o que é diferente de simplesmente tentar “evitar problemas” (2003, p. 190). Desta maneira a análise não pode se ater apenas no “cumprir ordens” por parte do jornal, é necessário destacar também os atos colaboracionistas deste.

A partir do dia 3 de julho de 1971, o jornal *A Fôlha* passa a publicar a coluna “Programa Educativo”. De acordo com a própria coluna, ela fazia parte do Movimento Educativo que tinha como objetivo conscientizar a população jaguareense para o problema da educação. Este foi resultado de uma ideia surgida no Rotary Clube de Jaguarão lançada durante a II Assembleia Comunitária, resultando em palestras na Rádio Cultura e com artigos publicados no periódico.

A comissão coordenadora do Movimento ficou a cargo de duas professoras, Miraci da Silva e Jurema Ferreira, e do senhor Luis Marques. Ou seja, ficou a cargo de pessoas comuns da sociedade.

O primeiro artigo da série publicado no jornal tem o título de “Competências dos Pais para Orientar os Filhos” argumentando que a imaturidade física, psicoemocional e social dos pais resultava na má educação dos filhos. Segundo os autores, a redemocratização da

sociedade é mais rápida que a do lar e da escola, e estes se tornam os principais geradores de conflitos no interior das famílias. Ainda acrescenta, mais adiante: “[...] o chefe de família acaba omitindo-se ou demitindo-se criando uma grave crise de autoridade quando perde as rédeas do patriarcado e não sabe como se conduzir no regime de respeito aos direitos dos demais membros da sociedade familiar”.³⁷

O jornal não tem nenhuma obrigação educativa, mas escolhe fazer parte da agenda política de educação do governo brasileiro. Quando escritas em um jornal, as palavras não encontram, objetivamente, as camadas populares. A partir do momento em que são postas no jornal e na rádio, podemos entender que o público alvo é o maior número de pessoas possível, sem uma distinção de classe. Os assuntos abordados buscam uma “educação moral e cívica” dos leitores, tema que, segundo Carlos Fico foi o assunto da época (1997, p. 132). O propósito era educar a sociedade brasileira para o novo Brasil, utopia que o governo divulga também na televisão.³⁸

Na segunda publicação do artigo educativo, os autores incentivam a atenção dos pais na educação escolar dos filhos e estimulam o envolvimento cívico dos jovens:

A maior aspiração do jovem moderno é resolver seus problemas reais da sua vida e da vida dos adultos. Daí suas incursões do mundo da política, suas graves, sua tomada de posição ante os assuntos que não são de sua alçada. As realizações cívicas, através de atividades não de pura imitação, reais e de significado tangível, de consequência imediata, atenuam essa fúria de viver e mais o drama sexual que domina os horizontes da adolescência.³⁹

Através desse trecho podemos perceber o caráter da publicação. Os jovens estão utilizando o seu tempo para se intrometer em assuntos que não lhes dizem respeito, ao invés de buscar as aspirações para sua vida. Esses “assuntos que não lhes dizem respeito” são as críticas e ações contra o governo. Apenas a confiança do jovem no governo, através das atividades cívicas, poderia diminuir a fúria com que o jovem contesta o governo e sua “hipersexualidade”.

No próximo artigo, os autores irão incentivar o diálogo entre os pais e os filhos, de igual para igual, pois só assim os jovens terão consciência de que estão entrando na fase

³⁷ *A Fôlha* nº 1136, de 03 de julho de 1971. Biblioteca Pública de Jaguarão.

³⁸ Foi mencionado no capítulo anterior que, segundo Carlos Fico, um dos marcos da propaganda política durante a ditadura militar foi que esta coincidiu com o momento de modernização dos meios de comunicação. Sendo assim, o governo não tinha envolvimento com o tipo de artigo publicado no jornal *A Fôlha*.

³⁹ *A Fôlha* nº 1137, de 10 de julho de 1971. Biblioteca Pública de Jaguarão.

adulta e, ao se sentirem adultos, serão confiantes perante as suas capacidades. O quarto e último artigo da série, se refere diretamente ao comportamento dos pais. No final das contas, “o jovem deve ter orgulho de seu pai para ter segurança. Ele quer ver na mãe o símbolo de devotamento”.⁴⁰

Tais artigos ilustram as palavras de Carlos Fico, “pais e mães eram entendidos, acima de tudo, como ‘educadores dos lares’, [...] isto é, a esfera familiar era concebida como campo privilegiado para o exercício do que os militares chamavam de ‘educação cívica’ [...]” (1997, p. 132). O artigo é diretamente dirigido aos pais para que estes aprendam a educar seus filhos, para que se tornem cidadãos de bem e trabalhadores.

Os assuntos referidos nos artigos buscam conciliar a sociedade, a família e a escola para uma boa orientação dos jovens. Esses jovens modernos recebem, através dos pais, as orientações que o Movimento prega. Aprendem que o jovem moderno e educado tem um diálogo em nível de igualdade com os pais, para que possam amadurecer e confiar no patriarca da família; são incentivados ao ensinamento cívico a fim de que confiem no governo; e, por fim, devem frequentar a escola para serem trabalhadores que atuam no crescimento do estado/cidade. Tudo isso, durante a formação do jovem, proporcionaria que este se tornasse um adulto preparado, maduro e bem estabelecido para educar seus futuros filhos.

Essas ideias faziam parte de uma agenda política, que transmitia propagandas com imagem da família como recurso técnico para alcançar a sociedade. Porém, tal recurso era configurado para a televisão. A decisão de publicar no jornal da cidade partiu da elite desta e esta categoria de publicação é um exemplo claro de colaboracionismo.

Mas como as colunas, como a “Cadeira de Barbeiro”, dialogam com as notícias publicadas no jornal? Mesmo sendo uma coluna que se esconde em seu tom irônico para fazer algumas críticas ao governo e ao prefeito da cidade, ela se respalda atrás da voz do “povo” que vai até sua barbearia para fazer suas reclamações e comentários. Porém, em nenhum momento critica o modo de governo vigente. Sua censura se dá principalmente ao querer alertar a existência de uma censura mais acirrada e das práticas de repressão. Concordar com os projetos políticos do governo militar não implica concordar com os atos mais severos de repressão. O Programa de Educação, favorecendo um diálogo aberto entre pais e filhos para o incentivo passivo para ordem e para o civismo mostra uma alternativa segura para evitar a violência repressiva.

⁴⁰ *A Fôlha* nº 1140, de 31 de julho de 1970. Biblioteca Pública de Jaguarão.

Os artigos do Programa de Educação dialogam com a Cadeira do Barbeiro ao atender as críticas que o segundo faz em relação à existência de aparatos repressivos e violentos na cidade, ensinando os pais a educarem seus filhos para que estes não sejam subversivos.

CONCLUSÃO

Durante este trabalho, tracei pontos fundamentais para entender as informações que o jornal *A Fôlha* divulgava. Através das notícias do jornal *A Fôlha*, podemos perceber qual o posicionamento que o periódico defende em suas páginas.

Muitas reportagens se encaminham para um tom de crítica e desânimo com o Estado, mas, no final do texto, aparecem parágrafos de esperança e confiança no governo “revolucionário”. Se em dado momento o jornal parece discordar do regime, em outros ele entende que os militares são a solução dos problemas.

Também vale lembrar que os desânimos são com o governo, e nada tem a ver com a “revolução”. A “revolução” foi a solução encontrada para um medo maior, o medo do comunismo. O governo tomava as decisões referentes ao futuro do país, e o Rio Grande do Sul queria se inserir nas demandas oferecidas pelo país. Quando alguma medida do Estado prejudicava diretamente a elite, isso era divulgado, carregado de posicionamento e com um cuidado com o que estava pronunciando.

O jornal *A Fôlha* era representativo de uma elite ruralista. Este setor empresarial tinha grande interesse no que estava sendo divulgado no jornal, caracterizando um grupo de clientes do periódico. Através das reportagens do jornal, eram divulgados os discursos e as cartas de deputados ao Presidente Emílio Garrastazu Médici ou ao Governador Euclides Triches. A partir do momento em que se tinha conhecimento dessas cartas, o governo se sentia pressionado a dar um retorno para a sociedade. Podemos entender que o jornal vai além de estimular valores e ideais, ele é um mecanismo na disputa de poder local com os políticos.

Devemos considerar também que o jornal não circulava apenas na cidade de Jaguarão. Conforme a conversa com Alzemiro da Rosa, enquanto responsável pela distribuição dos periódicos, esse conta que ia até a agência do correio para enviar exemplares para outras cidades do Brasil, e para fora do país, como em Portugal. Os cidadãos jaguarenses que estavam residindo fora, ou pessoas que tinham negócios (provavelmente relacionado ao meio rural) em Jaguarão, mantinham a assinatura do jornal e recebiam esse em sua residência. Através do jornal eles tinham o conhecimento do que se passava no município, das discussões e dos investimentos que estavam sendo efetuados.

Assim sendo, o jornal *A Fôlha* estava incitando valores, ideias e disputa de poderes na cidade e em outras localidades. As questões expostas no jornal saem do espaço citadino e geram discussões com preocupações de outras regiões. Perpassa o âmbito local e ganha uma conotação regional.

Outro ponto fundamental para se pensar o posicionamento do jornal *A Fôlha* são as Colunas. Através delas é que podemos perceber quais questões atingiam a sociedade local, podendo ser recebida por pessoas que não tinham necessário interesse pelos investimentos industriais na cidade. É na Cadeira do Barbeiro que nos deparamos com a necessidade de compreender os mecanismos de censura na cidade de Jaguarão.

A Cadeira do Barbeiro trata dos assuntos referentes à cidade com muita ironia, sendo uma maneira de chamar a atenção do leitor. Durante o primeiro ano analisado, Fígaro mostra a existência de censura no jornal de forma bem clara e concisa. Por fim, acaba fazendo críticas à existência de uma censura tão inflexível. Através do jornal, podemos averiguar a presença da censura empresarial e da censura prévia, que impedia a circulação do jornal.

O jornal *A Fôlha* estava insatisfeito com a censura, e volta e meia fazia críticas a ela. Porém, ao mesmo tempo o divulgava artigos colaborando com a agenda política nacional. Estas questões parecem ser contraditórias, afinal: como um jornal pode ir contra e a favor dos ideais implementados pelo regime? Onde residem as contradições e ambiguidades da imprensa?

Temos que considerar que o proprietário do jornal, Anysio Resem, era um cidadão da elite jaguareense. Possuía terras, criava gado, era um investidor local. Como tal, seu jornal defendia seus interesses. Buscava, através do seu jornal, discutir as questões econômicas que estavam sendo postas no Estado. Juntamente com outros membros da elite jaguareense, esse defendiam a “revolução” imposta pelos militares.

Assim sendo, a análise do jornal *A Fôlha* nos esclarece as ambiguidades então relacionadas ao assunto em questão. O jornal conferia maior apoio à ditadura militar em questões de moralidade, porém em questões intelectuais, este apoio era menor.

Temos que considerar que além de proprietários de terras, o redator do jornal era proeminente de uma família de intelectuais. Seu pai já possuía o jornal e a livraria no início do século XX. O jornal era o principal mecanismo de divulgação (de forma escrita) do que estava acontecendo na cidade. A censura, de forma tão acirrada, acabava sendo prejudicial à venda do jornal, como nos momentos em que o impediu de circular.

Sabendo quem era o Sr. Anysio Resem, percebemos que esse posicionamento do jornal não era tão ambíguo. Um jornal podia sim ser a favor da ditadura e contra a censura.

Assim como alguns jornais analisados por Rodrigo Patto Sá Motta apoiavam o regime, mas eram contra a tortura.

O tema da Ditadura Militar Brasileira é muito complexo para um trabalho tão curto, tornando impossível dar o trabalho por encerrado. Para se pensar o posicionamento e as ideias que estavam sendo difundidas, é preciso analisar a opinião do jornal com relação a cada aparato repressivo (censura, polícia política, propaganda e tortura). Ainda que com essa ressalva, no caso do jornal *A Fôlha*, podemos concluir que ele colaborou voluntariamente com o regime militar. O periódico acatou as medidas de censura recebidas (mesmo sendo insistente) e escreveu artigos corroborando as ideias do regime militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. In: XIII Encontro Regional de História - Anpuh/Rio - Identidades, 2008, Seropédica. Anais eletrônicos - XIII Encontro Regional de História - Anpuh/Rio - Identidades, 2008

DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber a gente pública”. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e a revolução*. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 251-286.

_____. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2001.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985)”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORAES, Gilmar Ferreira de. *O Rio Grande do Sul como segundo polo industrial do país: uma análise da abertura empresarial gaúcha a uma nova ordem econômica 1971-1974*. 2012. Monografia de Conclusão de Curso (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969”. *Topoi*, v.17, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

PASSOS, Maria Cristina. LIMA, Rubens Soares de. *Entre Perdas e Ganhos Apontamento Sobre a Indústria Gaúcha*. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1992.

ROLLEMBERG, Denise. “As Trincheiras da Memória: a Associação Brasileira da Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (Org). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade e consentimento no século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. “*Em busca das fontes perdidas: Um estudo sobre a ditadura civil-militar em Jaguarão – RS a partir das atas da câmara de vereadores e do jornal “A Fôlha” (1964)*”. 2013. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Unipampa, Jaguarão, 2014.